SIMULACROS E SIMULAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DAS NARRATIVAS NAS COBERTURAS JORNALÍSTICAS APÓS AS MORTES DA JUÍZA PATRÍCIA ACIOLI E DA VEREADORA MARIELLE FRANCO[1]

Beatriz Pereira Goulart[2]

Resumo: O violento cenário da segurança pública do país tem levado os veículos de comunicação jornalísticos a considerarem outros aspectos de noticiabilidade para sustentar a relevância das informações. Assim, muitas vezes, os sentidos das informações divulgadas são baseados de acordo com na construção social da realidade. Esse artigo analisa, com base na teoria dos simulacros e simulações de Jean Baudrillard, as narrativas nas coberturas dos assassinatos da juíza Patrícia Acioli, em agosto de 2011, e da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, mulheres ligadas à luta contra a corrupção policial. Considerando o poder simbólico no universo midiático e as principais diferenças no tratamento dos casos, conforme demonstra a análise comparativa realizada, por meio de procedimento metodológico qualitativo descritivo, estes vão desde a supervalorização da identidade de Franco à dramatização da vida de Acioli.

Palavras-chave: Jornalismo. Simulacros e simulações. Patrícia Acioli. Marielle Franco.

1. Introdução

O jornalismo como um dos responsáveis pela transmissão de acontecimentos com a premissa de credibilidade em tempos de redes sociais e *fake news*, transmite discursos dotados de sentidos. Essas narrativas dão simbologia e significados a eventos, consequentemente não se torna raro encontrar manipulações nesses conteúdos. A responsabilidade da mídia dobra se a considerarmos como produtores de realidade, pois, se estas mensagens são modificadas, tudo não passa de uma simulação. O que vivemos está perto do que Baudrillard (1991, p.108) conceituou como "uma catástrofe do sentido".

O imaginário a partir do qual todos os sentidos são formados também são moldados por meio da construção de realidade, dessa forma nunca podendo se isentar do uso de signos. Ao traduzir os acontecimentos, os veículos podem produzir, através de simulacros e simulações, novos significados, por exemplo, em matérias sobre criminalidade, corrupção e injustiça, temas cada vez mais presentes nos noticiários.

---

[1] Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, orientada pela professora Darlete Cardoso, jornalista e mestre em Ciências da Linguagem.

[2] Autor do Artigo. E-mail: goulartbeatriz@outlook.com.

Os dados de um levantamento realizado pelo portal de notícias G1 divulgou que somente nos nove primeiros meses de 2018, o número de mortes violentas no Brasil, com exceção do Paraná e Maranhão que não divulgaram os dados, chegou a mais de 38 mil. Nesse grupo, estão Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, e seu motorista, Anderson Pedro Gomes, assassinados, no dia 14 de março, a tiros, assim como a juíza Patrícia Acioli, morta sete anos antes da mesma forma. Entretanto, diferente do caso de Franco, o crime contra a juíza foi solucionado.

A questão a respeito da violência no país relaciona-se aos casos através das denúncias de Marielle a policiais, e ao fato de Patrícia ter decretado a prisão de, pelo menos, 60 policiais. Esta última foi executada por três policiais militares, os quais tinha assinado o decreto de prisão no dia de sua morte. As mortes, e consequentemente as falhas de segurança nos casos, mostram uma deficiência no sistema de segurança pública.

Isso leva à discussão da importância de debater questões sobre a mídia no processo de disseminação dos respectivos fatos, compreender as construções das narrativas jornalísticas, na medida em que essas mortes não são casos isolados, mas uma realidade do país com a quinta maior taxa de homicídios de mulheres do mundo.

Neste artigo são estudadas as principais características que diferenciam as suas coberturas, sob a perspectiva da teoria de simulacros e simulações de Baudrillard (1991). Como suporte teórico também são consultados artigos de pesquisas desses modelos de realidades aplicados no jornalismo e em reality shows.

Com base nos estudos e conceitos sobre a construção social da realidade de Berger e Luckmann (1999) e no poder simbólico de Bourdieu (2000), o objetivo geral desta pesquisa é avaliar se há a presença de simulacros e simulações nas narrativas das coberturas nos dois casos, além de descobrir se houve abordagens diferentes nessas narrativas, uma vez que ambas eram ligadas a denúncias de violência policial. Busca ainda compreender as características dessa diferenciação.

Para comparar e examinar essas ideias e sentidos, a técnica de pesquisa é o estudo de caso, através do método exploratório dedutivo, com abordagem qualitativa descritiva. São analisadas 12 (doze) matérias online dos três jornais de maior circulação nacional do país, segundo ranking do Instituto Verificador de Circulação (IVC), de 2017, divulgado pelo portal Poder360 (2018), durante a primeira semana após as mortes de Marielle Franco e Patrícia Accioli, sendo esses: *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo (Estadão)*.

Os objetos selecionados para a análise foram delimitados ao período de até uma semana após os assassinatos. Somente na cobertura do *Estadão* durante esse intervalo, do dia

14 a 21 de março, foram 332 publicações referentes à Marielle, enquanto as referentes à Patrícia Acioli, do dia 12 a 19 de agosto de 2011, somaram 99. Na *Folha de São Paulo*, foram 197 artigos em que o nome da vereadora foi citado, e 72 com menções à juíza. O site de notícias de *O Globo* não possui ferramenta para busca personalizada. Devido a esse grande número de artigos publicados na primeira semana de cada caso, foram coletadas as principais reportagens do primeiro dia de cada jornal e aquelas publicadas durante a primeira semana, também de cada jornal, para cada um dos assassinatos. São analisadas, portanto, 4 (quatro) matérias de cada veículo, sendo 2 (duas) de Marielle e (duas) de Accioli, respectivamente do dia seguinte aos assassinatos e da primeira semana após os eventos, totalizando assim as 12 reportagens coletadas.

A análise das 12 reportagens, dividida em sessões, se inicia com a apresentação dos casos e dos contextos em que podem ser inseridos. Através dos conceitos de construção social da realidade e da simbologia da identidade da juíza e da vereadora, entender a dimensão mítica ou representativa que as diferencia. Em seguida há a conceituação dos campos e novos modelos de realidade, onde serão discutidas as simulações e os simulacros.

No capítulo que antecede a análise das reportagens, são discutidos os posicionamentos da mídia como produtora de realidade e formadora de opinião. Além disso, aborda a maneira como os veículos de comunicação jornalísticos apresentam a morte.

A partir do quarto capítulo, a análise do material recolhido, organizado por caso e período, inicia com as considerações e comparações sobre as publicações dos dois casos no primeiro dia, seguida pelas matérias divulgadas na primeira semana, que passa pelo mesmo processo.

2. A percepção social e o poder simbólico

11 de agosto de 2011. Depois de sair do fórum de São Gonçalo, Rio de Janeiro, a juíza Patrícia Acioli seguiu em direção a sua casa em Piratininga, Niterói, sem saber que aquela seria a última vez a percorrer o trajeto. Acioli foi seguida e, ao chegar à sua casa, assassinada com vinte e um tiros. Ela era uma das 12 pessoas em uma lista de 'marcadas para morrer' encontrada com uma milícia da região.

14 de março de 2018. Sete anos depois, a vereadora carioca Marielle Franco, após sair de um evento intitulado *Jovens negras movendo as estruturas*, foi assassinada com quatro tiros junto ao motorista, Anderson Pedro Gomes, na região central do Rio de Janeiro, apenas um dia após protestar, em uma rede social, sobre a morte de um jovem.

Apesar de apenas o caso da juíza ter sido resolvido, com a condenação de um tenente-coronel, mandante do crime, e de dois polícias militares responsáveis pelos disparos, em qualquer hipótese de motivação do crime contra Marielle, os números de assassinatos são alarmantes. No país foram registrados 59.080 homicídios só em 2015, segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgada no site da revista *Exame* (2018), também de 2015, indicou que as mortes de mulheres representavam 4,8 para cada 100 mil no Brasil. No ano passado, foram 5.012 pessoas vítimas de policiais, conforme levantamento do portal de notícias G1 (2018).

Os assassinatos denunciam mais que um simples problema de segurança pública no país. Enquanto Acioli ficou conhecida por decretar prisão a 60 policiais, Franco denunciava o abuso policial nas favelas, característica que aproxima as duas histórias. A associação entre os dois casos aconteceu também por veículos de comunicação jornalísticos internacionais como, por exemplo, o *Al Jazeera* do Oriente Médio, através da reportagem de Sam Cowie (2018) que, após um mês da morte de Marielle, relembrou o caso anterior.

Tanto Acioli quanto Franco representavam um dos três poderes definidos por Montesquieu, no caso, judiciário e legislativo respectivamente. Bourdieu (2000) explica a nomeação oficial como um título de capital simbólico, sendo esse por sua vez de "percepção social". Em relação ao campo político, como o caso da vereadora,

> a força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade, mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço. (BOURDIEU, 2000, p.185).

Para Berger e Luckmann (1999, p.104), a construção dos sentidos pode ser interpretada como se instituições se incorporassem "à experiência do indivíduo por meio de papéis". Esses, por sua vez, "representam a ordem institucional". Através desses papéis efetivariam sua simbologia e apresentariam em "um determinado palco".

O simbólico, no caso de Patrícia Acioli, insere-se no que Bourdieu (2000, p.40) chama de *Profession*, por correlacionar sua função à representação de uma construção social, fazendo parte do que o mesmo chama de "categoria mental". No livro *O poder simbólico* exemplifica o conceito através dos *lawyers*, esfera semelhante à de Acioli, juíza, pois são "dotados de um estatuto econômico quase equivalente e, sobretudo, organizados em associações profissionais dotadas de uma deontologia, de instâncias colectivas que definem regras de entrada, etc".

A vereadora mais votada do Rio de Janeiro morreu com essa mesma posição, de alguém que representou outros. O número de protestos que se seguiu após o fato ou até mesmo a manifestação nas redes sociais indicava a crença de que não só mataram alguém, como tentaram assassinar uma ideologia. A significação envolve nos casos, mais que apenas a motivação, mas um contexto e uma dimensão representativa.

Nesse contexto, pode-se trazer Baudrillard (1991, p.38) quando explica que políticos como os Kennedy só morriam porque transmitiam e encenavam o poder da figura política, da "substância política", de forma que suas mortes representassem algo mais significativo, uma vez que possuíam uma "dimensão mítica". O autor acredita que são as pessoas que produzem as simbologias e "completamente expurgado da dimensão política, o poder depende, como qualquer outra mercadoria, da produção e do consumo das massas".

Até o ato de morrer, portanto, é dotado de significados, como se de certa forma se sustentasse na biografia do indivíduo, mas, em vida, também apresentasse a necessidade de representar um papel para que quando aconteça, simbolize algo. Berger e Luckmann (1999, p. 185) dividem a socialização em primária e secundária, sendo essas, respectivamente, a aquisição de conhecimento na infância, uma ideia geral das regras da sociedade, e a influência do que os sociólogos chamam de "submundos institucionais ou baseados em instituições". Dessa forma, explicam que

> [...] a iminência da morte ameaça profundamente a realidade da prévia auto identificação do indivíduo, como homem, ser moral ou cristão. [...] Inversamente, é possível dizer que a conservação das interiorizações primárias em face das situações marginais é uma justa medida de sua realidade subjetiva. A mesma prova seria de todo irrelevante se fosse aplicada à maioria das socializações secundárias. Tem sentido morrer como homem, mas tem muito pouco morrer como diretor assistente do departamento de meias de senhoras. (BERGER; LUCKMANN, 1999, p.197-198).

Nas tentativas de representações e reproduções de acontecimentos dotados de sentidos, como a morte, há a inevitável passagem pelo processo pessoal de interpretação dos indivíduos, independente do nível de aproximação, em caso de figuras públicas, por exemplo. Antecedendo o falecimento, observa-se a preocupação de como algo ou alguém será traduzido em sociedade, pois essas conclusões serão de alguma forma expressas e passarão a pertencer a um campo real ou hiper-real.

2.1. Os campos da realidade e as simulações

O real é definido por Chauí (2006, p. 71) como o algo concreto, baseado na vivência ou intelecto “ainda que, frequentemente, seja dado de maneira deformada, incompleta e ilusória (como na ideologia)”. O real é o mais próximo da verdade, ainda que não a alcance. Isso porque, conforme Berger e Luckmann (1999, p. 37), “a consciência é sempre intencional; sempre ‘tende para’ ou é dirigida para objetos. Nunca podemos aprender um suposto substrato de consciência enquanto tal, mas somente a consciência de tal ou qual coisa”.

Baudrillard (1991, p.33) fala sobre uma histeria presente em nossa cultura: “histeria da produção e reprodução do real”, a qual pode ser justamente onde começa toda a informação que se consome, independente do viés. Como se houvesse uma necessidade de ressuscitar, como posto pelo autor, a todo o momento o real, como quem precisa suprir uma falta com lembrança. Quando diz que “ninguém daria o menor apoio, nem teria a menor devoção por uma pessoa real” (p.37), refere-se ao fato de que pessoas podem ser simulacros de si próprias.

Além disso, é importante destacar que questões como realidade, conhecimento, ou até mesmo valores, variam entre indivíduos de uma mesma comunidade ou entre aqueles que estão inseridos em culturas diferentes, pois pertencem a universos e contextos completamente opostos. Toda análise depende da "relatividade social" (BERGER; LUCKMANN, 1999, p.13),

Já o hiper-real, no entanto, para Baudrillard (1991, p.105), é um modelo de anulação do real, pois se torna “mais real que o real”. A hiper-realidade a que se refere este autor se apresenta a partir da simulação, mas ainda precisa estar relacionada à realidade em si, pois

> [...] torna-se “impossível isolar o processo do real e provar o real”, porque a simulação, mesmo diferente da realidade, precisa se amparar no real para existir e assim ser classificada. Não existe simulação se não existe um modelo de realidade a ser explorado, modificado e tornado fantasmático, por isso a dificuldade de identificar o que é real naquilo que é simulação. (ALVES; CALEIRO, 2011, p.6).

O hiper-real coloca o real apenas como um modelo, não mais como real. É a simulação do real, descrito por Costa e Rocha (2012, p.14) como “de tão real não parece real”. Torna-se, assim, um novo modelo de realidade. Segundo Alves e Caleiro (2011, p. 13), a partir da construção desse universo hiper-real, o objetivo é sempre servir de instrumento para convencer, “escandalizar”, “revolucionar” e/ou “garantir lucro”.

Assimilar a força do poder e a significação da realidade social quando e como disseminados, portanto, permite a compreensão dos signos presentes nos discursos aos quais

se têm acesso diariamente e que normalmente são dotados de sentidos. “Por isso que o poder, no fundo, está tão de acordo com os discursos ideológicos e os discursos sobre a ideologia; é que são discursos de verdade – sempre bons, mesmo e sobretudo se forem revolucionários, para opor aos golpes mortais da simulação” (BAUDRILLARD, 1991, p.40).

A simulação, por sua vez, é a tentativa de imitar/simular algo. A partir de agora, faz parte apenas do hiper-real, uma vez que precisa estar relacionado a uma realidade, mas não necessariamente junto a ela. Baudrillard (1991, p.26) explica que a simulação “caracteriza-se por uma precessão do modelo, de todos os modelos sobre o mínimo facto – os modelos já existem antes, a sua circulação orbital como a da bomba, constitui o verdadeiro campo magnético do acontecimento”.

Baudrillard (1991, p.21) critica o capitalismo e os universos criados, simulados, exemplificando através da Disneylândia, pois “já não se trata de uma representação falsa da realidade (a ideologia), se trata de esconder que o real já não é o real e portanto salvaguardar o princípio de realidade”. A sociedade hoje vive em uma simulação do real, ou seja, há uma "substituição no real dos signos do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo o processo real pelo seu duplo operatório" (BAUDRILLARD, 1991, p.9). A simulação, de acordo com o autor (p. 14), surge ao mesmo tempo como "uma estratégia de real, de neo-real e de hiper-real, que faz por todo o lado a dobragem de uma estratégia de dissuasão".

Em *Simulacros e Simulação,* de 1981, Jean Baudrillard (1991) discute como os signos e símbolos são mais “aceitos” que a própria realidade. Para ele, por exemplo, o simulacro é a ‘mentira’ que se toma por verdade, sendo mais ‘real’ que a realidade em si. Chauí (2006, p.82) explica que

> Simulacrum é uma palavra latina que vem de similis, que significa o semelhante. De similis vêm as palavras simul, fazer junto, mas também competir, rivalizar, e similitudo, semelhança, analogia, comparação. De similis vem o verbo simulare, que significa representar exatamente, copiar, tomar a aparência de; este último significado leva o verbo a significar também fingir, simular.

O simulacro é senão uma representação, na maioria das vezes, imagética, que, por buscar a aproximação do real, deixa de ser. Chauí (2006, p.82) interpreta o simulacro como “a imagem de uma imagem”, ou seja, a ligação de uma imagem à sua representação. Entretanto, como dito por Baudrillard (1991, p.136): “Nunca há semelhança, como não há exatidão”. A sociedade, no entanto, possui tendência a preferir os simulacros a um modelo real. A política costuma produzir também seus próprios e, por fim, o capitalismo o utiliza, de acordo com Alves e Caleiro (2011, p.2), como uma “lei de mercado”.

O significado dos simulacros, portanto, “só pode ser revelado a partir de outras imagens e que, por isso, não possuem nenhum embasamento em uma realidade externa”. A partir dessa significação, “interpreta-se, narra-se e desenvolve-se toda uma percepção acerca do tecido social” (ZART, 2016, p.4). Sobre isso, Alves e Caleiro (2011, p. 4) também explicam:

> O estereótipo corresponde à imagem preconcebida com a repetição automática de um modelo anterior, sendo o simulacro entendido como uma forma de tentar sair do lugar comum nas imagens, nos aspectos sensoriais, sem, no entanto, deixar de constituir-se uma cópia. Se comparado ao clichê e em relação a ele mesmo, o simulacro é uma distorção, diferença, pela qual não se pode distinguir real e imagem.

Baudrillard (1991, p.151) divide os simulacros em três categorias, sendo essas: simulacros naturais, simulacros produtivos e simulacros de simulação. A primeira refere-se ao "imaginário da utopia", a imagem ideal. A segunda diz respeito à ficção científica. Ou seja, os simulacros produtivos são “baseados na energia, na força, na sua materialização pela máquina e em todo o sistema de produção”. E, por fim, na terceira categoria, o autor questiona: “Haverá ainda um imaginário que corresponda a esta categoria?” Para ele, os simulacros de simulação são fundamentados nas informações e possuem "operacionalidade total, hiper-realidade, objectivo de controle total", ou seja, representam algo que ainda poderá surgir.

2.2. A isenção (ou não) da mídia

Veículos de comunicação jornalísticos, como empresas, em casos de grandes coberturas de repercussão nacional e internacional, não estão imunes a esses simulacros e simulações. As próprias escolhas editoriais estão carregadas de sentidos, da pauta à seleção de palavras para manchete. “O problema do conhecimento é o de compreender o sistema produtivo dos discursos sociais. Produto e processo não se podem separar” (CONTRERA, 2004, p.73) Dessa maneira, considerando avanços tecnológicos e o contexto dos fatos, é preciso a aplicação de uma nova maneira para a seleção de informações.

O país registrou 26 mil homicídios só no primeiro semestre de 2018, segundo dados de uma pesquisa realizada e divulgada pelo portal G1 (2018). O crime agora precisa de uma ‘característica’ a mais para entrar nos critérios de noticiabilidade dos grandes jornais. Contrera (2004, p.37) explica que isso acontece, pois ficamos apáticos diante de tantas informações. Nessa perspectiva, é preciso algo impactante, “muito show de horror para nos tirar do estado anestésico da saturação”. Justamente as representações e dimensões

significantes fizeram com que os dois casos, objetos deste estudo, ganhassem espaço nos jornais e tempo nas programações da televisão.

No período de análise das reportagens sobre os casos [Franco e Acioli], foi perceptível a diferença entre a quantidade de espaço cedido para cada um, conforme mencionado na Introdução. Para Chauí (2006, p.57), pessoas públicas carismáticas têm um espaço maior nos veículos de comunicação, pois interagem e destacam sentimentos e emoções, aspectos que, como dito por ela, "são bem transmitidos". Relacionando essas figuras com a morte, a espetacularização é maior comparado à vida, pois "na morte tudo está claro e decidido, na vida tudo é ambíguo, fluído, não completamente decidido, aberto a muitas possibilidades".

Assim como os autores já citados neste artigo, inúmeros filósofos precisam falar sobre morte para explicar conceitos relacionados à simbologia das representações sociais. As mortes de personalidades importantes da política, por exemplo, precisam ser reafirmadas como "realidade dos símbolos protetores", uma vez que são seguidas por "caos" e promovem comoções populares, principalmente quando acontecem de forma violenta. "Os universos simbólicos, que proclamam ser toda a realidade humanamente dotada de sentido e apelam para o cosmo inteiro a fim de significar a validade da existência humana, constituem as extensões máximas dessas projeções" (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 141-142).

A obsessão por líderes carismáticos, segundo Baudrillard (1991, p.37), não permite que eles morram no imaginário da sociedade, quase como se quisessem esconder a morte o máximo possível das pessoas. "Já assim era com os faraós: era sempre uma única e mesma pessoa que os sucessivos faraós encarnavam". Essa "reencarnação" esclarece porque políticos sempre se parecem: recebem o mesmo "poder e a qualidade para governar".

Uma das citações mais icônicas da cultura pop, *Ou você morre como herói, ou vive o bastante para se tornar um vilão*, do filme *Batman – O Cavaleiro das Trevas* (2008), do diretor Christopher Nolan, exemplifica de forma clara porque a morte é parte tão importante na construção da imagem. Dessa forma, viver demais põe em risco a aparição de uma realidade não mais revestida de significados e símbolos, sem as maquiagens da simulação e dos simulacros, estudadas por Baudrillard (1991).

Tanto a morte quanto qualquer outro acontecimento só é noticiado após uma seleção e edição para a potencialização do fato. "Todos os media e o cenário oficial da informação existem apenas para manter a ilusão de uma acontecibilidade, de uma realidade de problemas, de uma objetividade de factos" (BAUDRILLARD, 1991, p.54). Berger e Luckmann (1999, p. 35) também argumentam que, no processo de reprodução, a realidade do

cotidiano se dá a partir da interpretação dos homens que oferecem sentidos e constroem um universo "coerente". Desse modo, conforme Steinberger (2005, p. 30),

> a ideia de que o mundo é produzido socialmente pela mídia jornalística já não contradiz a de que os jornais sejam representações de mundo. A ampla distribuição da informação jornalística permite que esse mundo seja partilhado por um enorme contingente de pessoas, que constroem seus mapas e leituras do lugar em que vivem segundo o sistema de referências que a mídia provê.

É impossível contextualizar, por exemplo, a cobertura dos dois assassinados a que se refere este artigo sem apresentar o cenário digital, no qual foram publicadas as narrativas. Ao mesmo tempo em que permite explorar e publicar uma abrangência de conteúdo, o ambiente online coloca o jornalismo em uma briga por relevância em meio a tanta informação. O telespectador, que agora não mais desempenha apenas esse papel, acaba prejudicado tanto pelo excesso quanto pela superficialidade. Como dito por Chauí (2006, p.50), "o paradoxo está em que há uma verdadeira saturação de informação, mas ao fim, nada sabemos, depois de termos tido a ilusão de que fomos informados sobre tudo", uma vez que, mesmo na internet, não estão livres de manipulações. Baudrillard (1991, p.103) explica que fazemos parte de um "universo em que existem cada vez mais informações e cada vez menos sentido".

Durante a análise central do artigo, será possível observar as escolhas de enfoque dos casos. Se a vereadora, Marielle Franco, ganhou mais espaço, o fato pode ser creditado também às *fake news*. Essas informações falsas que recebem destaque e ganham repercussão são disseminadas por pessoas comuns ou instituições e não estão relacionadas diretamente ao jornalismo, como destacam Lins e Lopes (2018, p.89). Com o acesso à tecnologia cada vez mais crescente, o controle desses conteúdos acaba precário. Com isso, grande parte dos veículos de comunicação hoje abrem espaços para a checagem de informes duvidosos.

Além disso, outro problema, tanto no mundo globalizado quanto no da era dos modelos tradicionais de jornalismo, é que a mídia que se posiciona como o principal mediador entre indivíduo e mundo exterior. Chauí (2006, p.11) compara essa situação com *1984,* obra de George Orwell, dessa vez em países democráticos, pois acabamos nos tornando "protagonistas" do que os jornalistas, "formadores de opiniões", narram e que não tem "nada a ver com o acontecimento ou o fato de que fomos testemunhas diretas ou participantes ouvintes". De certa forma, a mídia então produz uma realidade que, assim como o 'grande irmão', não é regularmente questionada.

É preciso ainda entender o impacto dos sentidos nas mensagens que nos são entregues. A formação desses discursos elaborados pela mídia acontece a partir de "pequenas particularidades, de início quase imperceptíveis, mas com um potencial de transformar nossa visão do mundo". Na compreensão dos textos, é possível observar "o que ele não conseguiu obter, o cuidado ao relatar certos fatos, os links causais que seu autor fez e deixou de fazer" (STEINBERGER, 2005, p.88-89).

Chauí (2006, p.78) compara e iguala esse poder de criar e produzir a realidade ao poder divino, quando utiliza instrumentos técnico-científicos, uma vez que "essa realidade é virtual ou a virtualidade é real", possibilita, por exemplo, a produção de simulacros. A origem da espetacularização das mensagens, de acordo com Baudrillard (1991, p.110), pode tanto ser um viés do desejo dos *media* para fascinar a massa, quanto uma demanda da própria massa.

> Na nova ordem da comunicação perpétua, o Jornalismo não tem mais que se ver com a questão do real, e muito menos ainda com a questão da verdade, eterno incômodo da alma humana. Se qualquer coisa pode ser verdadeira pela autonomia do universo dos simulacros midiáticos, tudo o que publicamos está acima de qualquer suspeita, tudo é a mais absoluta verdade. (CONTRERA, 2004, p.30)

Como exposto anteriormente, o valor noticiado mudou nos últimos tempos. O que ganha destaque agora pode ter sido irrelevante em outra época e vice-versa. Esses valores e critérios de notícia passam então a depender de um "sistema de referências", responsáveis por dar "sentido aos fatos", e que se transformam cada vez mais com o tempo (STEINBERGER, 2005, p.90). Outra hipótese para a vereadora ter ganhado mais espaço que a juíza nos veículos de comunicação, portanto, pode ser também pelo fato de o cenário nacional atual atribuir uma maior carga simbólica a acontecimentos envolvendo políticos ou relacionados à segurança pública, temas esses que estão em debate na mídia e na sociedade em virtude da proximidade das eleições na época. Ou ainda, no contexto do assassinato de Acioli, não houve precisão de exploração de signos por trás do acontecido, ou seja, sem interesses envolvidos.

Compreender a simbologia dos eventos auxilia não só no entendimento da ligação entre ambos, como também pelas circunstâncias que os diferenciam. Assim, entende-se que a abordagem das narrativas com Acioli foi diferente de como foi com Franco, e que cada uma representou papeis distintos na sociedade em relação aos lugares de fala, uma representando o poder judiciário e outra o legislativo. As questões acerca do tratamento dos respectivos fatos pela mídia serão aprofundadas na análise do material coletado que vem a seguir.

3. Análise

3.1 Análise da cobertura do primeiro dia dos assassinatos

No período de cobertura de assassinados, como os de quaisquer outros casos de violência, o primeiro passo do jornalista é a apuração. Em um primeiro momento, a matéria tem objetivo de informar de forma que responda todas as perguntas do *lead* (primeiro parágrafo da notícia). É comum então pensar que nesse texto não caiba palavras dotadas de sentidos, porém é sabido que toda produção possui características simbólicas. A composição, os recortes e escolhas do profissional para transmitir a mensagem, sejam em formato de texto, áudio ou vídeo interferem diretamente na construção de sentidos do discurso. (STEINBERGER, 2006, p.75)

Conforme Contrera (2004, p.23), devido ao ritmo frenético das informações somado ao "insano" processo de seleção das informações e a competitividade do mercado, é possível observar a "rapidez da informação, reduzida ao valor de mercado", se tornar uma qualidade dos jornalistas e do próprio veículo. Não à toa, questões como ética são levantadas de tempos em tempos e o canais de comunicação vivem com sua credibilidade cada vez mais abalada. Portanto, considerando esses aspectos de produção, primeiramente serão analisadas as matérias referentes aos assassinatos publicadas no dia. Na sequência, as divulgadas durante a primeira semana após os assassinatos.

3.1.1 Marielle Franco - 14 de março de 2018

Figura 1: Print do jornal ***O Estado de São Paulo*** (*Estadão*).

Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros no centro do Rio

Ataque aconteceu na Rua Joaquim Palhares; motorista de carro onde parlamentar estava também foi morto

Fábio Grellet, O Estado de S.Paulo
14 Março 2018 | 23h08

SIGA O ESTADÃO

Fonte: Fábio Grellet, 2018.

A matéria publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* no dia do crime contra a vereadora, além de fornecer o *lead* com as informações obtidas até então, fez a ligação do assassinato com as denúncias feitas por Marielle sobre ameaças e os homicídios de dois jovens por policiais, oito dias antes.

O *Estadão* apresentou-a como militante dos movimentos negro e de direitos humanos, além do envolvimento com denúncia de violência policial. Há, inclusive, a correlação de o crime coincidir no mesmo dia da prisão de quatro policiais militares suspeitos de pertencer a uma milícia da região. Ainda na notícia, o jornal deu destaque às falas do deputado estadual Marcelo Freixo do PSOL, em que o mesmo, apesar de não ter tido o conhecimento de ameaças contra Marielle, acredita que esse foi *um crime contra a democracia*.

Essa apresentação da vítima e conexão com eventos exteriores demonstra o poder do universo simbólico na biografia individual de Marielle e como a "legitimação da morte" é parte essencial em sua construção, conforme Berger e Luckmann (1999, p.138). Nesse cenário, não só a vereadora é vítima do crime, como também a democracia que passa a exercer o papel de certa 'reencarnação ideológica', semelhante a dos faraós, caso exemplificado por Baudrillard (1991, p.37), anteriormente citado, em que, assim como políticos, sempre parecidos e simulacros de si próprios, o que lhes "dá poder e a qualidade para governar".

Figura 2: Print da matéria da ***Folha de São de Paulo***.

Fonte: Sérgio Rangel; Lucas Vettorazzo; Luiza Franco, 2018.

O jornal *Folha de São Paulo* apresentou as mesmas informações com os detalhes disponíveis do caso até então, com o aprofundamento em algumas questões relacionadas à vereadora, como, por exemplo, a luta contra a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro e as denúncias contra os abusos policiais na favela de Acari. O jornal fez recortes semelhantes na fala de Freixo, com a adição da ênfase dada pelo deputado à luta de Marielle contra o racismo.

A *Folha* ressaltou as posições da vereadora, como a quinta mais votada, presidente da Comissão da Mulher e recente nomeada relatora da comissão que acompanhou a intervenção no Rio, fato de ganhou espaço na publicação. O posicionamento contra de Marielle em relação à intervenção foi explicado na matéria através de um depoimento da

mesma e do vereador Tarcísio Motta, também do PSOL, que destacou o medo do partido de que o desejo de que a intervenção fosse mais dura em resposta ao atentado. Segundo Berger e Luckmann (1999), a força e relevância em expor ideias ou opiniões da vereadora podem ser justificadas ao fato de que existe um grupo externo ou do próprio veículo que as reconhece e valida. De acordo com Bourdieu (2000, p.185), isso acontece, pois manifesta "recolhendo vozes ou reunindo-as no espaço", comum na política uma vez que é necessário considerar tanto a ciência quanto o "plebiscito".

Já ao falar sobre as denúncias, a *Folha* relembrou o caso de Maria Eduarda da Conceição, de 13 anos, morta em frente à escola onde estudava, em março do ano passado, por policiais do 41° batalhão, o mesmo denunciado por Marielle. Na repercussão do homicídio de Marielle, uma das retrancas da matéria, reuniu declarações do governo federal, do presidente Michel Temer, do prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB), do partido de Marielle, PSOL, do presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, da Anistia Internacional e do ministro da Justiça, Torquato Jardim.

E por fim, há a contextualização do cenário violento do estado, desde 2016 em situação de calamidade pública. Dessa forma é possível observar a inserção do assassinato de Marielle em outros acontecimentos, ou seja, deixa de ser um evento isolado e, consequentemente, passa a possuir um poder simbólico maior. Em casos de políticos como da vereadora, essa força simbólica existe, pois "aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 2000, p.188) Se fazer o paralelo entre esse poder e certa "identificação" do perfil social de Marielle com o da massa, é possível perceber que as escolhas podem se justificar, segundo Chauí (2006, p.104), pois

> [...] os medos dos que estão no baixo político, econômico e social são de queda na desumanização, medos de perder a condição humana e por isso medos que dizem respeito aos seus direitos. Mais do que isto. As classes populares não chegam a falar em nome dos direitos, falam em nome de algo que é pressuposto pelos direitos e que por estes deve ser concretizado: falam em nome da justiça.

Ao assumir a vereadora como 'porta-voz' de um grupo, através de uma produção e espetacularização da realidade, criam simulacros e simulações que podem provocar a perda ou confusão de sentidos reais. Dessa forma, "nunca mais passível de ser trocado por real, mas trocando-se em si mesmo, num circuito ininterrupto cujas referência e circunferência se encontram em lado nenhum" (BAUDRILLARD, 1991, p.13).

Figura 3: Print da matéria do jornal ***O Globo***.

Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros no Estácio

Polícia Civil recolhe pelo menos oito cápsulas no local; motorista também é morto

LUÃ MARINATTO
14/03/2018 - 22:19 / 08/05/2018 - 17:57

Fonte: Luã Marinatto, 2018.

Além da semelhança nos títulos e da estrutura padrão das informações divulgadas, a matéria publicada pelo *O Globo* teve, além de Freixo, os depoimentos de uma testemunha e uma amiga de Franco, colunista do próprio jornal. O protesto, feito um dia antes do crime, contra o assassinato de um jovem foi pautado, mas o mestrado da vereadora pela PUC-Rio e a relação com a violência receberam mais destaque. Entre as analisadas, a matéria do *O Globo* é de certa forma mais superficial que as dos outros dois veículos.

Com o tema *UPP: a redução da favela em três letras* e o histórico da perda de uma amiga próxima, em 2005, mostrou e correlacionou o engajamento com causas sociais e defesa dos direitos humanos. A frequente ligação entre Marielle e as 'lutas sociais' mostra uma necessidade de uma sociedade hiper-real, conforme Baudrillard (1991, p.22): a de preservar o imaginário. O que se deixa supor pela mídia já não pode ser definido como verdadeiro ou falso, uma vez que modela uma realidade. "Trata-se sempre de provar o real pelo imaginário, provar a verdade pelo escândalo, provar a lei pela transgressão, provar o trabalho pela greve, provar o sistema pela crise e o capital pela revolução". (BAUDRILLARD, 1991, p.28).

O *Globo* reuniu depoimentos de pessoas que estiveram com ela antes do crime e que reforçaram a ideia do político com mandato 'coletivo'. A amiga, colunista do jornal, lembrou um hábito de Marielle: terminar os eventos mais cedo, para garantir a segurança dos que moram mais longe. No destaque à fala da colunista, Contrera (2004) explica uma tendência de "auto-referência" no processo seletivo jornalístico, em que o jornalismo está "tecendo seus textos, simulacros como todo o resto da produção midiática – e talvez social – de nosso tempo, em volta de seu próprio umbigo, por meio das agências centralizadoras e da lógica tribal, no circuito fechado da auto-referência". (p. 25) Ou seja, transformando seu próprio núcleo em notícia.

Em relação ao contexto, Chauí (2006, p.95-96) explica que o cenário violento do país "altera o sentido do medo, que se torna muito mais difuso do que antes, assume um conteúdo não só psicológico, mas ainda sociopolítico e se manifesta como medo da violência

dos indivíduos contra os indivíduos, medo do poder e medo do tempo". Assim, devido a esse conjunto de sentidos, a mídia, se assumindo como produtora de realidade passa a explorar ou manipular esses signos.

3.1.2 Patrícia Acioli - 12 de agosto de 2011

Figura 4: Print da matéria do ***Estadão***.

Juíza de Vara Criminal é morta a tiros durante emboscada em Niterói

Vítima sofria ameaças após decretar a prisão de PMs acusados de achaques a traficantes em São Gonçalo

Ricardo Valota, do estadão.com.br,
12 Agosto 2011 | 04h43

SIGA O ESTADÃO

Fonte: Ricardo Valota, 2018.

A existência de ameaças direcionadas à juíza foi exposta logo no subtítulo da matéria do *Estadão*. Além das informações, como local e quantidade tiros [15 identificados até aquele momento], o jornal explorou as informações do presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Manoel Alberto Rebelo dos Santos, sobre intimidações que Patrícia sofria, devido a decisões de prisão envolvendo policiais militares.

A falta de segurança foi tratada superficialmente no início e complementada no final com o depoimento de um primo de Acioli, pois, segundo o mesmo, a segurança da juíza não havia sido reativada mesmo após as ameaças. Porém, no mesmo dia, o jornal publicou uma matéria com o título: *Juíza nunca pediu segurança policial, diz presidente do TJ do Rio*, antecipando o que seguiria como destaque principal no resto da semana nos jornais do país.

A carência de informações denuncia a representação do "mal" nos veículos de comunicação hoje, devido aos dados de violência no país. Chauí (2004, p.115) fundamenta que atualmente essas reproduções banalizadas, que geralmente surgem através de expressões como "chacina, massacre e guerra civil tática", aparecem "referidas a fatos, como o da indistinção entre crime e polícia, ou a ideias, como as de crise ética, fraqueza da sociedade civil, debilidade das instituições políticas".

Baudrillard (1991, p. 67) revela que a falta de "importância" dada a acontecimentos exteriores e acasos da fatalidade está ligada à ideia de que eles têm pouco a revelar. "Crê-se, ao invés, que, qualquer momento, contém a totalidade do destino e que pode servir para representá-lo". Dessa maneira, as representações da realidade estão geralmente

ligadas a uma necessidade de "ressurreição nostálgica do real", como acontece com as interpretações de Franco. No entanto, com Acioli, toda a realidade e simbologia da qual é revestida surge exclusivamente através e sobre os interesses de pessoas do contexto em que vivia, ou seja, os seus valores passam a ser simulados, e a própria mídia escolhe com o que se preocupar.

Figura 5: Print da matéria da ***Folha de São Paulo***.

Associação de magistrados diz que juíza morta dispensou escolta

GUSTAVO ALVES
COLABORAÇÃO PARA A **FOLHA**, DO RIO

12/08/2011 ⊙ 12h35

Fonte: Gustavo Alves, 2018.

A matéria em evidência no dia do assassinato na *Folha* foi a possível dispensa de escolta. Após informar o ocorrido, deu espaço também às declarações do Tribunal de Justiça, que confirmou e explicou que Patrícia preferia seu companheiro, que era policial, se encarregasse de sua segurança. O pronunciamento do até então governador Sérgio Cabral – *Nunca ouvi falar nisso* [pedido de escolta] – também foi publicado. Nenhuma outra correlação com outros episódios de violência foi feito.

A narrativa dessa cobertura, assim como a de outros jornais no mesmo período, não se aprofundou na biografia individual de Patrícia, mas transformou a ausência de escolta na essência dos textos. A repercussão, parte da matéria, se limitou às contradições nas falas de pessoas ligadas à segurança pública do Estado. Para avaliar esse produto, é preciso entender que o jornalista, segundo Bourdieu (2000, p.55), "exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de <<objetividade>> e de <<neutralidade>>". Ao mesmo tempo em que escolhe a ausência de escolta como foco da sua cobertura, decide não inserir o caso em um outro contexto e, assim, tem mais confiança ao se aprofundar em apenas uma circunstância.

Para Steinberger (2005, p.88-89), a profundidade e densidade na "textura dos acontecimentos" pode sempre variar, como nesse caso onde há falta. Sem a contextualização, por exemplo, a compreensão fica comprometida e o acontecimento se torna raso ou

banalizado. Dessa forma, Baudrillard (1996, p.55) explica que todos os contextos são simbólicos, "jamais houve contextos além dos simbólicos", pois essa dimensão "está em toda parte em relevo da lei estrutural do valor, em toda parte iminente do código".

O jornal, ao selecionar o foco, manipula ou produz uma realidade, e deixa de apresentar o crime como parte de uma série de eventos anteriores. Esse novo modelo simula um real ao deixar subentendido que a informação principal do acontecimento está ligada à falta de segurança de Acioli. Para Baudrillard (1996, p.181), assim como acontece com o batizado no cristianismo, "o evento da vida, se não for resgatado, expiado, por um simulacro coletivo da morte, é uma espécie de crime", origina então o sentimento de superficialidade e pouco aprofundamento nesse discurso.

Figura 6: Print da matéria do ***O Globo***.

Desembargador diz que juíza assassinada pediu proteção policial em 2009 temendo ameaças, e TJ nega

Grande Rio, , e
12/08/2011 - 00:00 / 03/11/2011 - 16:56

:

Fonte: site de notícias do Globo, 2018.

O *Globo,* ainda no título, expôs a contradição entre as falas do desembargador, Rogério de Oliveira Souza, e do TJ, que negou que a juíza tenha ido ao gabinete do presidente do órgão pedindo proteção. Segundo o desembargador, junto com outra pessoa, havia presenciado o pedido e a preocupação de Acioli referente a ameaças após decretar a prisão de 45 pessoas ligadas a uma máfia. Luiz Zveiter, presidente do Tribunal Regional Eleitoral na época, negou e contou que o motivo do encontro foi outro. O depoimento do primo, o jornalista Humberto Nascimento, confirmando que a juíza pediu a retirada da escolta também foi expresso.

O relato do presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio (Amaerj), Antônio Siqueira, indicou que não havia pedido de proteção. No entanto, o presidente da associação dos juízes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, condenou o fato de ela estar sem escolta e ainda lembrou quando o carro da juíza foi metralhado. O jornal reuniu também a nota do presidente da OAB, Ophir Cavalcante, em que falava que o crime se tratava de *uma barbaridade contra um ser humano e, sobretudo, contra a justiça brasileira*.

Enquanto Marielle interpreta o papel de democracia, Patrícia representa a justiça brasileira nas narrativas, ainda que em discursos indiretos do jornal. A simbologia do direito, parte do universo da juíza, é explicada por Bourdieu (2000, p.237) como "a forma por excelência do poder simbólico de nomeação" e "a excelência do discurso actuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele faz o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este".

Além da conversa entre as falas de órgãos ligados à justiça e das contradições sobre a escolta, ao fim *O Globo* se referiu a Patrícia como *linha-dura* e comentou o rigor e principais processos em que esteve envolvida. Segundo a matéria, que utilizou informações de uma entrevista realizada anteriormente, a juíza achava o crime cometido por policiais pior que o praticado por um cidadão comum, pois, segundo ela, *o policial gera na população uma descrença no poder constituído. O povo passa a procurar o poder paralelo e desacreditar o estado*. Essa relação entre poder e estado não esteve presente em nenhuma outra narrativa do primeiro dia, senão pela voz da própria juíza, meses antes, e da breve fala do presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, sobre a importância de *preservar o império da lei*.

Essa exposição da fala de Peluso abre um parêntese para uma das principais diferenças entre os focos nas coberturas dos dois casos [Franco e Acioli], se considerar o meio social em que as duas estavam inseridas. O papel do medo e a quem cada um dos acontecimentos atinge pode ser interpretado de maneiras distintas nessas realidades. Chauí (2006, p.110) relata que esse medo tem duas direções principais: "o alto teme o baixo como perigo de perda de força, privilégio, prestígio e domínio; o baixo teme o alto como pura violência, arbítrio e injustiça". E justamente essas direções que são seguidas nas coberturas dos dois casos: a vulnerabilidade dos servidores públicos e o medo da polícia.

A publicação, apesar de mais completa que as dos outros dois veículos, encerra de forma vaga com o promotor, Cunha Júnior, relembrando uma situação anterior em que a juíza sofreu ameaça por um agiota que mandou prender e que mais tarde viria até ela pedindo proteção, pois era ameaçado por cúmplices, e ela concedeu. A ambiguidade do texto, comum também em discursos políticos, segundo Baudrillard (1991, p.27), "traduz a impossibilidade de uma posição determinada de um discurso", e pode ou não isentar a mídia em coberturas como esta. Essa característica da simulação de "torção" de sentidos resulta da falta ou da "improvisação de sentidos, de não sentidos, de vários sentidos simultâneos que se destroem".

3.2 Análise da cobertura na primeira semana após os assassinatos

3.2.1 Marielle Franco – durante a semana do assassinato em 2018

Figura 7: Print da matéria do ***Estadão***.

'Parem de nos matar', postou Marielle Franco 4 dias antes de ser assassinada

Vereadora foi morta ao voltar de roda de conversa na qual declarou que a cidade 'precisava ser de fato cuidada' e que a população tinha a mobilidade 'ameaçada'; assista vídeo do evento

O Estado de S.Paulo
15 Março 2018 | 09h45

SIGA O ESTADÃO

Fonte: site de notícias do Estadão, 2018.

O posicionamento da vereadora carioca perante a situação da cidade do Rio de Janeiro e a violência policial recebeu bastante notoriedade nos jornais. O *Estadão,* do dia seguinte, 15 de março, aproveitou as declarações feitas por Marielle em redes sociais para explorar, tanto reforçar sua biografia, quanto para apontar que talvez tenha sido vítima do mesmo que denunciava.

O jornal utilizou as frases 'tuitadas' por Franco, como *Parem de nos matar* e *Vida nas favelas importam* [sic]. A matéria lembrou outra postagem onde a vereadora criticou a violência policial no caso de Matheus Melo, de 23 anos, morto ao sair de um culto na zona norte do Rio, no Jacarezinho: *Quantos jovens precisarão morrer para que essa guerra aos pobres acabe?* O uso das falas da vereadora não põe em risco a "isenção" do jornal, mas ainda carrega grande poder simbólico. Bourdieu (2000, p.187) explica que "basta que as ideias sejam professadas por responsáveis políticos, para se tornarem ideias-forças". Por isso, tão exploradas pela mídia.

As mensagens do discurso de Marielle Franco em um evento, minutos antes de seu assassinato, também foram exibidas no texto. No debate, a vereadora se declarou preocupada com a segurança das pessoas presentes no evento e como a mobilidade estava comprometida e, no fim, pediu para que os participantes saíssem preparados para as *batalhas que virão*.

Quando o jornal decide explorar citações e traça um perfil a favor da "comunidade", de alguém que também vivencia a favela, como Marielle, permite a "identificação de todos os membros com a figura do governante, que encarna em sua pessoa o ser mesmo da comunidade, depende inteiramente das qualidades morais do governante, espelho e guia da comunidade" (CHAUÍ, 2006, p.88).

O jornal, ao buscar reproduzir e aproximar a vereadora a um perfil popular, além de querer afirmar suas simulações, busca sempre ressuscitar o "real". Conforme Baudrillard (1991, p.34), "assim, em toda a parte o hiper-realismo da simulação traduz-se pela alucinante semelhança do real consigo próprio".

Figura 8: Print da matéria da ***Folha de São Paulo.***

Marielle era combinação rara de representação social e política

Com renda mais baixa, negras e pardas como a vereadora são maioria das mulheres no país

Fonte: Alessandro Janoni; Mauro Paulino, 2018.

A menção a representação simbólica feita pelo veículo se apresenta já na manchete, onde a *Folha* relaciona o poder simbólico político e social. A matéria, publicada no dia 19 de março, se dedica a traçar o perfil das mulheres brasileiras e ao mesmo tempo inserir Marielle como representante dessas na política. Isso é explicado no texto com o termo *representatividade sociológica por espelho*, não só pela cor da pele, uma vez que a maioria das mulheres do país é negra, mas também por sua origem.

A *Folha* compara a realidade dessas mulheres com a de Marielle, que faz parte de um grupo de apenas 17% que cursa o nível superior. Publicada em ano de eleição, a matéria traz uma pesquisa de 2017, que indica o grande apoio desse grupo ao ex-presidente Lula (PT), e contra a posse de armas. Bourdieu (2000, p.28) fala que, assim como nas pesquisas, é comum que o investigador, nesse caso o jornalista, escolha objetos para análise a partir de "realidades que se tornam notadas". Ou seja, é mais interessante falar sobre uma mulher com origem humilde e que chegou a uma posição alta na política, falando sobre os problemas das mulheres com uma "realidade" parecida com a da vereadora. Com isso, pode se dizer que o jornal produz ao mesmo tempo em que manipula "representações" do mundo social (p.47).

Para explicar a *comoção em relação à morte de Marielle*, o jornal personificou a vereadora como um caso raro na política, por representar os interesses de seus eleitores, com campanhas para atender a demanda de mulheres com o mesmo perfil. Os dados de um levantamento feito pelo Datafolha junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública exposto indicou que as mulheres brasileiras eram as que mais tinham medo da violência. Dessas, as

que se consideravam negras ou pardas tinham medo da violência policial, prisão ou acusações injustas.

Ainda na matéria, Marielle é novamente vista como representante da democracia e comparada a uma combinação entre a origem humilde de Lula e formação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), mas em uma mulher negra, o que, segundo o jornal, pode ter *ameaçado os que temem uma democracia plena*. Pode-se relacionar a questão com que diz Bourdieu (2000, p. 175): "A produção de ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de facto à lógica do poder, que é a da mobilização do maior número".

Para Baudrillard (1991, p.29), esse aproveitamento de sentidos simbólicos tanto da vida quanto da morte, como o caso de Marielle, é desvendado pelo desejo da sociedade, da mídia ou do próprio poder em "preservar a graça do poder" ao "relançar o ciclo pelo espelho da crise, da negatividade e do antipoder".

Figura 9: Print da matéria de ***O Globo***.

Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?, escreveu Marielle um dia antes de ser morta

Vereadora postou no Twitter protesto contra o assassinato de mais um jovem no Rio

Gabriel Cariello e Madalena Romeo
14/03/2018 - 22:48 / 15/03/2018 - 07:43

Fonte: Gabriel Cariello; Madalena Romeo, 2018.

A ligação entre a postagem de Marielle no dia anterior em que menciona uma *guerra* e seu assassinato um dia depois, como título da matéria do *Globo*, do dia 15 de março, e a utilização da fala da mesma sobre a situação dos abusos policiais na cidade, em que disse acontecer *desde sempre e com a intervenção ficou ainda pior*, evidenciam o viés escolhido para a publicação. Tem a ver com o que diz Chauí (2006, p.11-12) quando explica que um dos três deslocamentos da ideia e prática da opinião pública é a "substituição da ideia de uso público da razão para exprimir interesses e direitos de um indivíduo, um grupo ou uma classe social pela ideia de expressão em público de sentimentos, emoções, gostos e preferências individuais".

A escolha da manchete indica que o jornal, ao querer cumprir seu papel social, se perde em um universo simulado, cria um espetáculo, e dessa forma, como na maioria das

vezes, em vez de ser “o grande denunciador do mal, portador de verdade ideológicas”, acaba “infundindo pânico” para tentar cumprir esse papel. (CONTRERA, 2004, p.37).

Considerando o cenário do Rio de Janeiro no período das postagens, indica uma necessidade de contextualizar o acontecimento e uma posição, ainda que não explícita, sobre a intervenção federal do estado. Baudrillard (1991, 45), ao falar sobre a influência da mídia, a categoriza como “uma espécie de código genético que comanda a mutação de real em hiper-real”. Segundo o autor, que exemplifica através da televisão, a mídia observa, manipula e então informa, passa a desempenhar um papel e parte a “concepção analítica dos media, a concepção de um agente exterior activo e eficaz, a concepção de uma informação <<perspectiva>> tendo como ponto de fuga o horizonte real e do sentido”.

O *Globo* mencionou também as campanhas e os 16 projetos de lei apresentados no curto período em que Marielle foi vereadora. Entre as propostas, estavam a criação de programas de desenvolvimento cultural do funk tradicional carioca e a campanha de conscientização e enfrentamento do assédio e violência sexual, por exemplo, que reforçavam ainda mais a simbologia da identidade da vereadora.

3.2.2 Patrícia Acioli – durante a semana do assassinato em 2011

Figura 10: Print da matéria do ***Estadão.***

Comissão do Senado aprova elevação de pena para crimes contra agentes públicos

Relator do projeto usou o caso da juíza assassinada em Niterói para justificar a necessidade do projeto de lei

Andrea Jubé Vianna - Agência Estado,
17 Agosto 2011 | 14h33

SIGA O ESTADÃO

Fonte:Andrea Jubé Vianna, 2018.

Poucos dias após o crime contra a juíza, uma comissão do Senado aprovou o aumento de pena para crime contra agente públicos. Sem mencionar o nome no título, o jornal, do dia 17 de agosto de 2011, se refere ao *caso da juíza assassinada em Niterói*. O nome de Patrícia foi citado apenas para ilustrar que o relator da proposta, senador Demóstenes Torres, utilizou o caso como justificativa para a elevação da pena. Ainda que não a citasse diretamente, fica claro através das declarações recolhidas, se tratar de um desdobramento, uma consequência da morte da juíza.

Com a maior parte formada por depoimentos, como o do senador Pedro Tanques, indica uma separação entre o grupo de servidores públicos e das pessoas em geral, quando diz que *todas as vidas são iguais, mas o servidor público exerce uma parcela da soberania do Estado*. Segundo Bourdieu (2000, p.183), essa suposta ideia hierarquia surge, pois "as ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses universais, comuns ao conjunto do grupo". Ou seja, esses grupos de diferentes classes estariam em meio a uma luta simbólica, para garantir a legitimação de seus interesses no mundo social.

Quanto ao modo como o jornal e o próprio grupo aborda o acontecimento, Baudrillard (1996, p.9) explica que "toda a estratégia do sistema está nessa hiper-realidade de valores flutuantes. Isso ocorre tanto com o inconsciente como com as moedas ou teorias. O valor reina segundo a ordem inapreensível da geração pelos modelos, de acordo com o encadeamento indefinido da simulação", como se, de alguma maneira, o próprio inconsciente perdesse o "princípio próprio da realidade" e passasse a ser um simulacro.

Figura 11: Print da matéria divulgada pela ***Folha de São Paulo***.

Após morte no Rio, juízes federais pedem mais segurança

NÁDIA GUERLENDA
DE BRASÍLIA

18/08/2011 ⊙ 16h29

Fonte: Nádia Guerlenda, 2018.

A *Folha* dessa vez também não cita Patrícia no título, ainda que o mesmo também esteja relacionado à morte de Acioli e seja uma fragmentação do caso. A origem do pedido dos juízes federais por mais segurança é, segundo o jornal, *após morte no Rio*. O texto, do dia 18 de agosto, é sobre a implementação de um sistema de polícia para o Judiciário e um órgão colegiado de juízes para julgamento de organizações criminosas, que foi fortalecido depois da morte da juíza.

Há críticas do presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), Gabriel Wendy, sobre a proteção de juízes, na época feita pela Polícia Federal, e a emenda que previa a criação da polícia do Judiciário, mas contanto que fosse desarmada. A vulnerabilidade desses servidores seria menor, segundo Wendy, pois o julgamento seria

conduzido, em primeira instância por um colegiado, assim como em países como Itália e Colômbia.

O que a narrativa faz é relacionar a pessoa ao seu meio, mostrar os fragmentos do ocorrido e os interesses do grupo social ao qual Acioli pertencia. Para Bourdieu (1991, p.83), "é a história que se comunica de certo modo com ela própria, se reflete nela própria", como se o objeto se reconhece no sujeito. Se com a vereadora a mídia produz simulações que atendam suas ideias, associa a morte a eventos externos, com a juíza o que acontece é a reprodução de interesses de uma categoria. É preciso considerar ainda que, de acordo com Baudrillard (1991, p.110-112), é a mídia quem carrega e manipula o sentido e o contra sentido ao mesmo tempo, pois "veiculam a simulação interna ao sistema e a simulação destruidora do sistema". Dessa forma, hoje são a "sobreprodução e a regeneração do sentido e da palavra", o "imperativo" desse sistema.

Figura 12: Print da matéria publicada pelo ***O Globo***.

Juíza executada prendia PMs e tinha relações perigosas com policiais

Chico Otavio, , e
13/08/2011 - 00:00 / 03/11/2011 - 16:56

Fonte: Chico Otavio, 2018.

Nesta matéria publicada no dia 13 de agosto, a escolha de palavras para o título antecipa a espetacularização do jornal sobre o relacionando da juíza com o então ex-marido, um policial militar, Marcelo Poubel Araújo, e o namoro com o inspetor penitenciário, Dayvid Eduardo Nunes Martins, ainda que seu sentido real pareça vago e permita interpretações equivocadas pela falta de contexto e informações.

Meses antes do assassinato, segundo a reportagem, Patrícia Acioli teria contado em depoimento à Corregedoria Interna da Polícia Miliar que o motivo do término do relacionamento com o policial, em 2009, seria por ingerência desse nos processos que ela julgava, relacionados a execuções camufladas por policiais após trocas de tiros, pois ele *defendia os colegas de farda*, segundo informações do texto. A partir desse ponto, o texto jornalístico passa a se assemelhar a um roteiro dramático.

Esse depoimento fazia parte das apurações às suspeitas de agressão corporal, invasão de domicílio e ameaça de morte, feita por Marcelo Poubel, contra Patrícia e o namorado Dayvid. O policial teria invadido a casa da juíza e *surpreendido os dois no quarto*, nas palavras do próprio jornal. Apesar de ter negado as agressões, o subtenente que atendeu a ocorrência, Marcos Antônio Fernandes, relatou que a juíza estava na porta, *de cabelos molhados, sinal de que havia acabado de tomar banho, e com um corte no rosto, que ainda sangrava*, e ainda não havia autorizado a revista na residência.

O *Globo* apresentou uma contradição nas declarações de Acioli, em que num primeiro momento disse que Poubel estava em tratamento psiquiátrico e psicológico, após desenvolver trauma por antipatia dos colegas de farda, e a hostilidade devido à atitude da juíza de condenar policiais envolvidos em grupos de extermínio, mas que depois admitiu que o mesmo discordava das sentenças. O jornal narrou ainda a visita ao local do crime, pouco tempo depois, do cabo, que gritou *Pati, estou aqui*, dizendo ser a bola da vez e que o iriam pegar.

O inspetor, quem levou o caso à polícia, declarou que o militar invadiu o quarto, pegou uma arma durante uma briga corporal, obrigou o casal a ficar de joelhos e ainda os agrediu com socos, chutes e *puxões de cabelo* na juíza. Em outro depoimento acrescentou que Poubel ameaçou sufocar Acioli, porque sabia o quanto essa tinha pavor dessa prática, e dado indícios de querer forjar troca de tiros antes de matá-los. Dayvid ainda acrescentou que *ele disse que era o rei da forjação*. No entanto, segundo o jornal, não havia prova material de agressão contra a juíza, apenas contra o inspetor.

O desejo de agradar quebra a linha tênue, nos dias de hoje, entre o entretenimento e a missão jornalística de informação. De acordo com Contrera (2004, p.26-27), o jornalismo, influenciado pelo ambiente midiático, exagera e transforma os acontecimentos em espetáculo pelo desejo de satisfazer seu leitor, através de uma estética grotesca, "sem imaginação porque não deixa nada a imaginar, mostra tudo numa operação ininterrupta que é grotesca em si mesma".

Anteriormente, numa posição mais *vulnerável*, agora a juíza interpreta o papel de *linha-dura*, segundo o jornal. Definida como *uma espécie de arqui-inimiga dos maus policiais*, por ter condenado mais de 60 deles, o Globo fez um perfil mais íntimo de Acioli com depoimentos de amigos próximos que a definiram como *mulher vaidosa, mas sem excessos*, alguém que *não tinha pose, colocava a mão na massa*.

Ao roteirizar esses acontecimentos, em menos de uma semana após o crime, e realizar essa escolha de título, o jornal não considera as referências imaginárias do leitor e

deixa aberto para interpretações o tipo de *relações perigosas* que Acioli tinha. Se analisarmos o contexto desse período, sem muitas informações, agora, depois que o caso já recebeu um desfecho, é questionável a posição do veículo, considerando sua abrangência, na reprodução e interpretação dessas informações. Chauí (2006, p.14) esclarece que

> Espetáculo e especulação possuem a mesma origem e estão ligados à ideia do conhecimento como operação de olhar e da linguagem. A cultura está impregnada de seu próprio espetáculo, do fazer ver e do deixar-se ver. A questão, portanto, não se coloca diretamente sobre os espetáculos, mas com o que sucede ao espetáculo, quando capturado, produzido e enviado pelos meios de comunicação de massa.

E esses sentidos levam à pergunta de Baudrillard (1991, p. 110): "São os media que induzem as massas ao fascínio, ou são as massas que desviam os media para o espetacular?". A responsabilidade, no entanto, recai sob aquele que assume o papel de condenador do mal, de acordo com Alves e Caleiro (2011, p.9), ao mesmo tempo em que procura fascinar através de simulações de sentido, assim como em reality shows, onde "finge-se que não se tem, que é a realidade espetacularizada, mostrando aspectos que não existem ou que não ocorrem da maneira como retratada por ele na realidade".

Esse processo de simulação, presente na cobertura do crime contra Patrícia, segundo Baudrillard (1991, p.104-105), é onde a informação consome seu próprio conteúdo e "em vez de comunicar, esgota-se na encenação da comunicação", um problema familiar da mídia. Assim como também no caso de Marielle, gasta energia para sustentar os simulacros e as simulações, a fim de evitar o confronto com "a evidente realidade de uma perda radical de sentidos". Ou seja, ao dramatizar a vida amorosa de Acioli e sugerir um possível suspeito, precisa seguir o processo de alimentar os signos dessas realidades produzidas.

4. Considerações Finais

As diferenças entre as coberturas dos assassinatos se evidenciam já antes da análise do próprio conteúdo. A quantidade superior de publicações de Marielle indica um interesse maior pelo caso. O poder simbólico da identidade social da vereadora, com origem humilde e envolvimento em projetos sociais, se sobrepôs a da juíza *linha-dura*. O reconhecimento de ambas diante do grupo social ao qual faziam parte acrescentou na formação do capital simbólico da morte, o que permitiu que representassem a justiça e a democracia nos discursos.

O poder de Marielle, assim como de todo homem político, como explicado por Bourdieu (2000, p.188), é retirado da "confiança" que um determinado grupo deposita sobre

ele, como se fosse dada uma fé a sua representação. Outro aspecto a considerar, no caso, é que como vereadora, portanto eleita por esses, nos discursos houve referências constantes a suas 'lutas', enquanto Acioli era juíza, pertencente a outro círculo, não possuía a imagem carismática habitual de figuras públicas.

Enquanto a simbologia de Patrícia dependia da esfera do direito e da correlação entre trabalho e morte, como explica Baudrillard (1996, p.55), Marielle aplica-se a parte regrada da política, fonte de simulacros: a alternância de forças representantes. Para compreender esses sentidos é necessário, portanto, entender que o simbólico "é um ato de troca e uma relação social que leva o real ao fim, que resolve o real e, ao mesmo tempo, a oposição entre real e o imaginário". (p.181)

O contexto em que cada um dos casos aconteceu, sendo o de Marielle em ano de eleição e intervenção militar, pode ter contribuído para a supervalorização de sentidos e produção de simulações, considerando que são tentativas de simular, a partir de um modelo já existente de realidade, e produzem uma hiper-realidade, através da manipulação de signos e sentidos.

Estabelecer uma ligação com o cenário de violência do país, reforçando suas ideias e lutas, transformou a vereadora num simulacro, desprendendo-se da ideia de que uma pessoa morreu, mas uma ideologia, uma vez que todo contexto é simbólico, segundo Bourdieu (2000). Tanto em 2011, quanto em 2018 a segurança pública no país passa longe de ser um bom exemplo. Entretanto, somente uma morte em 2018 representou o problema, uma hipótese na qual se acreditou tanto que foi considerada e sustentada como real.

O simulacro nos textos referentes à Acioli, em sua maioria, aparece através dos depoimentos de pessoas envolvidas no seu meio social. A mídia, ao dar espaço a essas, permitiu a construção do cenário e da realidade na qual deveria ser inserida, não se estendeu a um problema nacional. Além do próprio grupo, Patrícia não foi relacionada a nenhum outro.

As simulações, consequentemente, também foram encontradas em grande parte dos discursos sobre ambas, mas principalmente no caso da vereadora. Ao não se posicionar ou estabelecer ligações externas como no caso da juíza, sua realidade foi moldada de acordo com os interesses do próprio grupo, porém, apesar disso, ainda é preciso considerar que toda edição jornalística tem sentidos.

Assim, através da análise foi possível observar a simulação tanto no excesso e na espetacularização quanto na falta e ambiguidade das informações. A carreira e opiniões de Marielle foram supervalorizadas e contextualizadas. O poder simbólico ficou evidente já nos

títulos, como no caso da *Folha* que sete dias depois do assassinato publicou uma matéria se referindo a ela como uma *combinação rara de representação social e política*.

Se a exaltação da representatividade ganhou destaque com Marielle, com Patrícia os desdobramentos do caso nem mesmo levaram seu nome no título, tratada como *uma morte no Rio* pelo jornal *Folha de São Paulo*. No *Globo*, sua vida privada e detalhes, que se sabe agora, irrelevantes no caso, foram dramatizados. O sensacionalismo começou já pelo título que indicava que Acioli tinha relacionamentos perigosos com policiais de forma vaga, sem mais informações.

A manipulação dos sentidos reforça ainda mais a análise do real nos discursos da mídia. E escolhemos uma fala de Contrera (2004, p. 38) para encerrar esta pesquisa, sabendo-se que toda pesquisa pode ser ampliada, pois sempre deixa brechas e vieses para outras análises, assim como sua continuidade em outros momentos: "Afinal, se está morto o real, e estão igualmente mortos os discursos sobre esse real (criação simbólica do homem e sua resposta ao mundo), restando apenas o próprio universo da mídia, a comunicação contemporânea se impõe como uma majestosa e onipotente ponte sobre e para o nada".

Referências

ALVES, Gustavo. **Associação de magistrados diz que juíza morta dispensou escolta**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/958695-associacao-de-magistrados-diz-que-juiza-morta-dispensou-escolta.shtml> Acesso em 26 de agosto de 2018.

ALVES, Marcelle Louise Pereira. CALEIRO, Maurício de Medeiros. **Simulacros e Simulação**: Sucesso. Artigo apresentado na Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recife, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/PAPERS/REGIONAIS/SUDESTE2012/resumos/R33-0956-1.pdf > Acesso em 10 de julho de 2018.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa, 1991.

_____. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 3° ed., 1996.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 17° ed., 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Relógio D'água, 3°ed., 2000.

CARIELLO, Gabriel; ROMEO, Madalena. **Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?, escreveu Marielle um dia antes de ser morta**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/quantos-mais-vao-precisar-morrer-para-que-essa-guerra-acabe-escreveu-marielle-um-dia-antes-de-ser-morta-22491127#ixzz5PEVEMHxw> Acesso em 25 de agosto de 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CONTRERA, Malena Segura. **Jornalismo e realidade**: A crise de representação do real e a construção simbólica da realidade. São Paulo: Mackenzie, 2004.

COSTA, Luciano; ROCHA, Marcedo da Silva. **Simulação e Simulacro**: A realidade do Big Brother Brasil. Cadernos de Comunicação (v.16, n.1, Jan-Jun 2012). Disponível em:<https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/5832> Acesso em: 24 de junho de 2018.

COWIE, Sam. **Brazil**: Marielle Franco's murder remains unsolved one month on. Al Jazeera, 2018. Disponível em: < https://www.aljazeera.com/news/2018/04/brazil-marielle-franco-murder-remains-unsolved-month-180414104159863.html > Acesso em 17 de abril de 2018.

ESTADÃO. **'Parem de nos matar', postou Marielle Franco 4 dias antes de ser assassinada**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,parem-de-nos-matar-postou-marielle-4-dias-antes-de-ser-assassinada,70002228206> Acesso em 28 de agosto de 2018.

EXAME**. Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo**. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/ > Acesso em cinco de outubro de 2018.

G1**. Brasil registra mais de 26 mil assassinatos no 1º semestre de 2018**. Disponível em: < https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2018/08/28/brasil-registra-mais-de-26-mil-assassinatos-no-1o-semestre-de-2018.ghtml > Acesso em quatro de novembro de 2018.

G1**. Brasil registra mais de 38 mil mortes violentas nos nove primeiros meses do ano.** Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2018/11/15/brasil-registra-mais-de-38-mil-mortes-violentas-nos-nove-primeiros-meses-do-ano.ghtml> Acesso em 16 de novembro de 2018.

G1. **Mortos por policiais no Brasil**. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortos-por-policiais-no-brasil/> Acesso em 30 de julho de 2018.

GLOBO. **Desembargador diz que juíza assassinada pediu proteção policial em 2009 temendo ameaças, e TJ nega**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/desembargador-diz-que-juiza-assassinada-pediu-protecao-policial-em-2009-temendo-ameacas-tj-nega-2690761#ixzz5PJdL2m44> Acesso em 26 de agosto de 2018.

GRELLET, Fábio. **Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros no centro do Rio**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,vereadora-marielle-franco-e-assassinada-a-tiros-no-centro-do-rio,70002227726> Acesso em: 25 de agosto de 2018.

GUERLENDA, Nádia. **Após morte no Rio, juízes federais pedem mais segurança**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/961734-apos-morte-no-rio-juizes-federais-pedem-mais-seguranca.shtml> Acesso em 26 de agosto de 2018.

IPEA. **Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253 > Acesso em 15 de outubro de 2018.

JANONI, Alessandro; PAULINO, Mauro. **Marielle era combinação rara de representação social e política**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/marielle-era-combinacao-rara-de-representacao-social-e-politica.shtml> Acesso em 25 de agosto de 2018.

LINS, Eunice Simões; LOPES, Flávia. **Trevas e queda**: análise do imaginário feminino na representação de fake news sobre Marielle Franco. Rev. Memorare, Tubarão, v.5, n.1, p. 78-96 jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/6302/3814> Acesso em: 30 de julho de 2018.

MARINATTO, Luã. **Vereadora Marielle é assassinada a tiros no Estácio.** Disponível em: < https://oglobo.globo.com/rio/vereadora-marielle-franco-assassinada-tiros-no-estacio-22491063#ixzz5PESXfiS3 > Acesso em: 25 de agosto de 2018.

NOLAN, Christopher. **Batman**: O cavaleiro das trevas. Warner Brothers, 2008.

OTAVIO, Chico. **Juíza executada prendia PMs e tinha relações perigosas com policiais**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/juiza-executada-prendia-pms-tinha-relacoes-perigosas-com-policiais-1-2690820> Acesso em 27 de agosto de 2018.

PORTAL 360. **Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos**. Disponível em: < https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/ > Acesso em 15 de outubro de 2018.

RANGEL, Sérgio; VETTORAZZO, Lucas; FRANCO, Luiza. **Vereadora do PSOL é morta a tiros no centro do Rio**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/vereadora-do-psol-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.shtml > Acesso em 25 de agosto de 2018.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia**: Jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP, 2005.

VALOTA, Ricardo. **Juíza de Vara Criminal é morta a tiros durante emboscada em Niterói**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,juiza-de-vara-criminal-e-morta-a-tiros-durante-emboscada-em-niteroi,757625> Acesso em 27 de agosto de 2018.

VIANNA, Andre Jubé. **Comissão Geral do senado aprova elevação de pena para crimes contra agentes públicos**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-do-senado-aprova-elevacao-de-pena-para-crimes-contra-agentes-publicos,759758> Acesso em 25 de agosto de 2018.

ZART, Luiz Henrique. **Construção da realidade**: um recorte do caos da mídia. Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016. Lages, 2016. Disponível em:

<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1075-1.pdf > Acesso em 18 de outubro de 2018.

BEATRIZ PEREIRA GOULART

SIMULACROS E SIMULAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DAS NARRATIVAS NAS COBERTURAS JORNALÍSTICAS APÓS AS MORTES DA JUÍZA PATRÍCIA ACIOLI E DA VEREADORA MARIELLE FARACO.

Este artigo foi julgado adequado à obtenção do grau de bacharel em Jornalismo e aprovado em sua forma final com média 10,0, pelo Curso de Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 13 de dezembro de 2018

Prof. Me. Darlete Cardoso (Orientadora)
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Me. Marcionize Elis Bavaresco (Convidada)
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Me. Thiago Pedro Malkowski (Convidado)
Universidade do Sul de Santa Catarina